

A força da mulher argentina: resistência e luta política nas Madres de Plaza de Mayo e no grupo #NiUnaMenos

Caroline Rios Costa, UERJ¹

Resumo

As trajetórias femininas na vida pública vêm ganhando cada vez mais espaço, com mulheres do mundo tomando as ruas como forma de luta e resistência. Na Argentina, dois exemplos emblemáticos servem como espelho para outros movimentos: as Madres de Plaza de Mayo e as feministas do Ni Una Menos. Criados em diferentes contextos sociais, faixas etárias e motivações políticas, estes grupos se tornaram estandartes da luta política e reivindicação a nível federal, e até mesmo global. Similaridades e diferenças entre os dois grupos devem ser observadas para entender de forma adequada suas constituições enquanto agentes sociais e políticos. Além disso, pretendemos perceber como essas mulheres, jovens e senhoras, transformaram a questão do feminino e do gênero em sinônimo de uma luta frente a uma sociedade patriarcal em todo o mundo.

Palavras-chave: Gênero, Resistência, Ni Una Menos, Madres de Plaza de Mayo

Abstract

Women's trajectories in public life have been gaining more and more space, with women of the world taking over the streets as a form of struggle and resistance. In Argentina, two emblematic examples serve as a mirror to other movements: the Madres de Plaza de Mayo and the feminists of Ni Una Menos. Built on different social contexts, age groups, and political grounds, have become banners of political struggle and claim at federal, and even global, level. Similarities and differences must be observed to properly understand their constitutions as social and political agents. In addition, we intend to understand how these women, young and old, have transformed the issue of the feminine and gender into a struggle that clashes with a worldwide patriarchal society.

Keywords: Gender, Resistance, Ni Una Menos, Madres de Plaza de Mayo

O século XX foi marcado por uma participação cada vez maior das mulheres nos espaços públicos, seja nos postos de trabalho, em cargos e figuras de liderança, nos debates propostos no seio da sociedade, e o século XXI segue esta tendência. Ao se darem conta de estruturas machistas, racistas, patriarcais e desiguais, mulheres se levantaram contra a realidade em que estavam inseridas e protagonizaram marcos importantes nas lutas emancipatórias e por maiores direitos em todo o mundo. No contexto da América Latina, soma-se às opressões uma estrutura colonial muito particular que perdurou durante séculos.

Na Argentina, mais especificamente, temos diversos exemplos destes levantes femininos que serviram, e servem, de exemplo para as novas fases e faces dos movimentos de

¹ Graduada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ; 2019). E-mail: carolriosc@gmail.com.

mulheres e/ou feministas. Aqui, nos deteremos de forma mais específica à dois destes grupos: as senhoras da Asociación Madres de Plaza de Mayo e as jovens feministas do Ni Una Menos. Formadas com uma diferença de quase 40 anos entre elas, suas estratégias de articulação política e tomada de debates no espaço social mostram a diversidade, a longevidade e o impacto que essas tomadas podem ter.

As Madres, formadas inicialmente em 1977, se reuniram em torno da busca por verdade, memória e justiça para seus filhos que lutaram contra o regime ditatorial ocorrido no país durante os anos 1970 e a forte repressão implementada. Já o grupo Ni Una Menos surge em 2015, após casos de estupros e violências brutais contra mulheres, entoando que não tolerariam mais a perda de nenhuma mulher por causa do machismo e do patriarcado entranhados na sociedade. Cada uma a seu momento, retomam o uso público das ruas e praças como forma de manifestação e afronta ao poder hegemônico, e transformam os espaços da cidade de Buenos Aires, e posteriormente, de outras cidades e províncias do país, em um ator político a seu favor.

Inseridas dentro das ondas feministas de seus períodos históricos, elas anexaram para si os mecanismos de participação, debate, atuação e agência para se colocarem fora dos lugares comumente relegados e reconceituarem paradigmas antes estabelecidos. Podendo ou não se declarar feministas, sua maneira de exposição demonstra proximidade e similaridades com a teoria e bases feministas, ao tomarem como central o elemento de gênero em suas ações e pautas. Para além, estes movimentos se mostraram abertos às outras demandas públicas por emancipação, criando grupos similares em outros países ou mesmo trabalhando em conjunto com outros setores dos movimentos sociais, fazendo com que sua relevância nos contextos local e global seja ainda mais visível.

“Todos son mis hijos” – as *Madres de Plaza de Mayo* e a maternidade como potência revolucionária

Quando, em 1976, um golpe de Estado foi realizado por uma junta militar contra a presidente em exercício,² a Argentina passou a viver baixo um regime ditatorial. Mesmo sua duração sendo considerada curta em comparação à outras ditaduras contemporâneas, visto que durou apenas sete anos, seus números e a violência impetrada foram significativos e bastante expressivos. Já durante os anos iniciais, a repressão foi responsável por um número cada vez maior de detidos e atingidos, criando uma situação de terror e desaparecimento forçado de uma

² Cabe destacar que a presidente destituída foi María Estela Martínez de Perón, a “Isabelita”, primeira mulher a ocupar o posto mais alto do Executivo argentino, fato sintomático sobre o caráter patriarcal do movimento golpista.

quantidade relativa de sua população. Com isso, foi gerado um buraco populacional de mais de 30.000³ desaparecidos, sendo a maioria da geração na casa dos 20 e 30 anos de idade.

Com cada vez mais pessoas simplesmente desaparecendo para nunca mais serem vistas, as mães, estas figuras incansáveis, foram atrás dos paradeiros e informações sobre seus filhos militantes, passando a bater em portas de quartéis, cadeias, hospitais, juizados, igrejas e em qualquer lugar onde lhes pudessem dizer algo. Em abril de 1977, algumas mães⁴ se reuniram na Plaza de Mayo, onde se localiza a sede do governo argentino, no coração da cidade de Buenos Aires, e marcada ao longo do tempo como um local de forte manifestação política e popular. Em virtude da repressão de Estado e do grande aparato militar que havia na praça, sua mobilização foi impedida,⁵ o que dá início à sua (atualmente conhecida) caminhada semanal ao redor da Pirâmide de Mayo, local que concentra boa parte da vida política argentina desde os tempos da colonização.

A grande maioria delas, já em torno de seus 50 anos, passaram a lutar pela busca da verdade: o que havia acontecido e onde estavam seus filhos e filhas. Inicialmente chamadas de “loucas” pela ditadura, se tornaram as Mães da *Plaza de Mayo* através da ausência personificada no desaparecimento e de como a sociedade argentina as nomearam. O lugar social da mãe na cultura argentina, assim como em outros países do Cone Sul, é visto quase como mítico ou idílico, marcado pelo afeto, pelo cuidado e pela submissão ao ambiente familiar. Sua atuação pública, independentemente de antes estarem ou não restritas ao mundo privado ou se tinham uma história de militância, vai de encontro com a estrutura patriarcal existente que colocava como secundária não só a figura da mulher, mas a da mulher mãe, pois se torna uma agente social fundamental de reapropriação das ruas.

Ainda durante a ditadura, em 1979, elas se tornam “[...] uma associação civil que se declara independente de qualquer ideologia, partido político ou credo religioso. O único princípio de identidade que postulam é o de ter um filho ‘desaparecido’” (BOMBAL, 1992, p. 56). A partir deste momento, elas se tornaram a *Asociación Madres de Plaza de Mayo*

3 Sobre o número de mortos e desaparecidos na Argentina, há discordâncias. “O número de *desaparecidos* ainda está em disputa – cerca de 9000 casos foram identificados, mas alguns falam em até 30.000” (BEVERNAGE, 2018, p. 70). Neste trabalho, optamos pelo número utilizado pelas mães, que falam sobre 30.000 pessoas desaparecidas.

⁴ Parte dessas mães procuravam também por seus netos presos e sequestrados, ou nascidos em cativeiro, e a fundação da *Asociación Civil Abuelas de Plaza de Mayo* se dá neste mesmo ano de 1977 (originalmente denominada *Abuelas Argentinas con Nietitos Desaparecidos*).

⁵ À época havia uma deliberação da junta militar que comandava o autodenominado “Proceso de Reorganización Nacional”, proibindo a reunião de grupos compostos por mais de três pessoas em vias públicas. Como a medida as atingiria somente se estivessem paradas, a saída encontrada pelas Madres foi a de realizar caminhadas circulares.

(AMPM),⁶ cuja organização segue ativa e se tornou um importante local de acolhimento de outras lutas políticas, produção de conhecimento (com a criação da *Universidad Popular Madres de Plaza de Mayo* em 2000) e um polo incansável e sempre presente nos debates acerca de memória, verdade, justiça e por uma democracia popular.

A grande novidade trazida pelas Madres foi a transformação de uma realidade comumente relegada ao ambiente caseiro, a maternidade, em um potencial de participação pública e associativa (D'ANTONIO, 2006). Foi o fato de serem mães que as levou para as ruas e praças de Buenos Aires, e que pudessem enfrentar um regime altamente repressivo. Outro fator muito importante foi a noção de que seus filhos não eram apenas seus, mas sim de toda a Argentina, e com isso, toda a sociedade deveria ser responsável pela busca por verdade sobre os desaparecidos. Sua luta não era apenas por seu próprio filho, mas por todos os 30.000, e que o coletivo deveria se juntar à essa luta. Ao entenderem que seus filhos eram também filhos da nação argentina, e que elas eram mães de todos aqueles que foram e poderiam ser atingidos pelo Estado, transformaram a maternidade em uma experiência associativa.

A praça nos mostrou que a única possibilidade de continuar a luta era o trabalho coletivo; e assim cada mãe se converteu em um elo nesta poderosa cadeia. Pouco a pouco vimos a necessidade de socializar a maternidade: nos convertimos nas Mães dos 30.000 desaparecidos, sem nenhum tipo de distinções. As integrantes da Associação não lutam pelos nossos próprios filhos, mas por todos os que deram a vida por este país. Nesta luta coletiva, nossos filhos são os 30.000. (ASOCIACIÓN MADRES DE PLAZA DE MAYO, tradução nossa.)⁷

Em suas buscas, outros grupos de mães surgiram em diferentes pontos da Argentina, e o grupo originário de Buenos Aires, rodava por diferentes cidades e províncias do país. Quando em 1977, participaram de uma manifestação na cidade de Luján (aproximadamente 70km da capital, dentro da província de Buenos Aires), levantaram um pano branco para que pudessem se achar em meio à multidão. O *pañuelo blanco*, usado inicialmente para se encontrarem, acabou por se tornar uma marca registrada das madres e também um suporte de memória, pois cada *pañuelo* tem hoje bordado o nome e a data de desaparecimento do filho da mãe que o

6 No ano de 1986, houve divergências entre as mães participantes e uma posterior divisão. O grupo que decidiu sair da *Asociación* se tornou o grupo *Madres de Plaza de Mayo – Línea Fundadora* (MPM-LF). Ambas carregam a alcunha e o nome de madres, assim como símbolos tais como o *pañuelo blanco* e permanecem ativas dentro do cenário político argentino atual.

7 “la plaza nos mostró que la única posibilidad de continuar la lucha era el trabajo colectivo; y así cada madre se convirtió en un eslabón de esta poderosa cadena. Poco a poco fuimos viendo la necesidad de socializar la maternidad: convertimos en Madres de los 30.000 desaparecidos, sin ningún tipo de distinciones. Las integrantes de la Asociación no luchamos por nuestro propio hijo, sino por todos los que dieron su vida por esta patria. En esta lucha colectiva, nuestros hijos son los 30.000.”

carrega. Para tanto, o pañuelo é símbolo oficial usado pela *Asociación*, mas também é utilizado como característica visual da *Línea Fundadora* e das *Abuelas de Plaza de Mayo* (muitas delas, também mães). A imagem do lenço branco em público, até hoje, tem o poder de carregar em si a trajetória de militância e busca por memória, verdade e justiça destas mulheres⁸.

Enquanto movimento e organização de cunho político, sua busca é percebida através dos atos de “[...] reclamar, questionar e declarar, [que] foram e são três figuras verbais de suas posições subjetivas” (D’ANTONIO, 2006, p. 34, tradução nossa)⁹ e é bastante marcada por alguns lemas e expressões, como o “*cárcel a los genocidas*” e “*aparición con vida*”. Cunhados durante a ditadura ou já sob regime democrático, as mães deixam claro em seus lemas os rumos que desejam para o país, e como sua luta política é baseada. Alguns mais ou menos controversos, todos eles exprimem um momento de consolidação e atuação políticas dentro dos diferentes tempos históricos da Argentina contemporânea. O “*cárcel a los genocidas*” mostrava não só sua postura contrária às leis do *punto final* e da *obediencia debida*,¹⁰ mas também que modelo de transição democrática deveria ser aplicado, a atuação do Judiciário neste panorama, e o que achavam da *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP) e dos governos democráticos de Raúl Alfonsín (1983-1989) e Carlos Menem (1989-1999).

O “*aparición con vida*” é de longe um dos lemas mais controversos e questionados das mães ao longo destes mais de 40 anos de coletividade. Tal discussão reside no fato de que as juntas militares e o governo afirmavam o não reconhecimento dos desaparecidos, além de afirmar (sem apresentar provas ou documentos) de que todos aqueles eram apenas mortos comuns ou “*ausentes para siempre*”. Frente a isso, no início dos anos 1980, as mães passaram a pedir pela aparição com vida dos desaparecidos, e se recusaram a realizar o luto devido. Com isso, “[...] as *Madres* mudaram o significado políticos dos ‘ressepultamentos’ e até mesmo o significado espiritual dos restos mortais em uma maneira que confronta diretamente a

8 Em 2016, foi lançado na Argentina o documentário “*Todos son mis hijos*”, dirigido por Ricardo Soto Uribe, que contém depoimentos e a história das Madres ao longo de quase 30 anos de atuação. A imagem promocional e o pôster de divulgação do documentário são a figura do pañuelo branco, com o bordado “*todos son mis hijos*”.

9 “Reclamar, cuestionar y declarar, fueron y son tres figuras verbales de sus posiciones subjetivas.”

¹⁰ A lei de nº 23.492/86, também conhecida como a lei do *punto final*, determinava que todos os processos judiciais em tramitação que versassem sobre responsáveis por prisões, torturas e assassinatos fossem arquivados, e em parte de seu texto, dizia que “extinguir-se-á a ação penal contra toda pessoa que cometesse delitos ligados com a instauração de formas violentas de ação política até a 10 de dezembro de 1983”. Já a lei nº 23.521/87, chamada de lei da *obediencia debida*, declarava uma presunção do direito de que as violações cometidas por oficiais das Forças Armadas durante o período da “guerra suja” não eram passíveis de punição, pois tinham agido em função da obediência devida na estrutura hierárquica militar. Ambas foram criadas para tentar conter a crescente insatisfação e revolta de setores militares após a passagem para um regime democrático-representativo, mas não obtiveram a pacificação desejada, sendo derrubadas em 2003.

constituição cultural da sociedade argentina, com suas fortes influências católicas.” (ROBBEN apud BEVERNAGE, 2018, p. 100). Sua posição não se dá apenas por acreditarem, quase que cegamente, que seus filhos ainda possam estar vivos, mas se dá igualmente como uma tomada de lugar frente ao discurso “oficioso” levado a cabo pelos militares e pelos primeiros governos democráticos da década de 1980. Ele é primeiro um ideal do que estas mulheres concebem enquanto luta política do que necessariamente um termo que deve ser levado ao pé da letra. Para tanto, é possível achar falas de mães em que tal discernimento é perceptível, visto que “[...] a verdade é que sabemos que os mataram. *Aparición con vida* significa que, embora a maioria deles esteja morta, ninguém se responsabilizou por suas mortes, porque ninguém disse quem os matou, quem deu a ordem” (GUEDE apud BEVERNAGE, 2018, p. 100). Segundo Hebe de Bonafini, atual presidenta da *Asociación*, no cargo há várias décadas e figura histórica das Madres, “[...] nós sabemos o que aconteceu. Nós não somos loucas, nós não pedimos coisas impossíveis. *Aparición con vida* é um lema ético em princípio. Enquanto um único assassino permanecer nas ruas, nossos filhos viverão para condená-los.” (BONAFINI apud BEVERNAGE, 2018, p. 101).

É impossível dissociar a atuação das mães desde os anos 1970 até hoje a elementos que são constitutivos de seus seres políticos: a vivência de gênero, e a maternidade. A forma como se colocaram é profundamente marcada por estas duas características, que estão na base constitutiva de sua construção, manutenção e manifestação. Os embates não se davam apenas contra um governo ditatorial altamente violento, mas também contra uma estrutura social que segue machista e patriarcal, que as colocava como indivíduos carinhosos e amorosos e que deveriam permanecer restritas ao mundo familiar. Ao se manifestarem de forma contundente e contínua, praticaram “[...] o exercício penetrante de uma maternidade desobediente da cultura patriarcal e repressiva do estado [que] as converteu também em cidadãs críticas e indóceis.” (D’ANTONIO, 2007, p. 287, tradução nossa)¹¹. Elas carregavam em suas experiências restritas ao feminino e ao materno o fator de mudança não só de suas subjetividades, mas também de seus seres políticos e de como se portavam perante o período histórico em que estavam inseridas.

O direito de garantir a sobrevivência de suas famílias foi o que transformou suas vidas. A combinação de uma consciência feminina tradicional com a luta anti-ditatorial que encararam, removeu, despiu e uniu de maneira distinta as bordas entre o público e o privado. [...] Foi nestas circunstâncias extremas que

11 “el ejercicio penetrante de una maternidad desobediente de la cultura patriarcal y represiva del estado las convirtió además en ciudadanas críticas e indóciles.”

estas mulheres fizeram uso de seus atributos de gênero, galvanizando uma nova identidade coletiva que lhes deu força a si mesmas e as permitiu desafiar as identidades masculinas do regime. (D'ANTONIO, 2006, p. 32, tradução nossa.)¹²

A nova realidade das mães enquanto agentes políticas surgiu muito em função de seus filhos. Ao terem que lidar com o desaparecimento de seus filhos, e a consolidação de sua busca por verdade e justiça, as mães não só passaram a se utilizar das ruas como local de formação e intervenção política, mas também encararam como lema de sua luta a incorporação dos ideais e desejos revolucionários de seus filhos. Para muitas delas, este novo momento, com várias já na casa dos 50 ou 60 anos de idade, foi como um novo tipo de nascimento, e foram seus filhos que as pariram para essa nova mãe. “Esta última perspectiva anunciava aquilo de ‘serem paridos por seus próprios filhos’, formulação que atestava a brutal repressão do estado terrorista no investimento forçado das afiliações e genealogias ‘naturais’” (D'ANTONIO, 2007, p. 289, tradução nossa)¹³. Simbolicamente, os filhos que decidiram se insurgir contra a repressão ditatorial, após desaparecerem, pariram bem no seio da sociedade argentina, novos atores políticos para ocuparem seus lugares vacantes; nesta conjuntura, são os jovens que se tornam os pais daquelas que os pariram. Mesmo décadas após suas vidas e militância perecerem frente à violência de Estado, os ideais da juventude dos anos 1970 seguem germinando e parindo novas mentes dispostas a lutar por uma outra construção de mundo. Dentre os lemas defendidos pelas Madres presentes em seu site oficial, “As Madres de Plaza de Mayo encontramos nossos filhos em cada homem ou mulher que se levanta para libertar seus povos. Os 30.000 desaparecidos vivem em cada um que entrega sua vida para que outros vivam.” (ASOCIACIÓN MADRES DE PLAZA DE MAYO, tradução nossa).¹⁴

“Vivas nos queremos” – a quarta onda feminista e o feminismo argentino hoje das jovens do Ni Una Menos

Assim como seus vizinhos de continente, a Argentina vive ainda hoje resquícios e marcas de uma colonização que durou séculos. Uma destas marcas que persistem é a forma

12 “El derecho a garantizar la supervivencia de sus familias fue lo que transfiguró sus vidas. La combinación de una conciencia femenina tradicional con la lucha antidictatorial que encararon, removi6, desnud6 y anud6 de manera distinta los bordes entre lo p6blico y lo privado [...] Fue en estas circunstancias extremas que estas mujeres hicieron uso de sus atributos de g6nero, galvanizando una nueva identidad colectiva que les dio fuerza a s6 mismas y les permiti6 desafiar a las identidades masculinas del r6gimen.”

13 “Esta última perspectiva anunciaba aquello de “ser paridas por sus propios hijos”, formulaci6n que atestiguaba la brutal represi6n del estado terrorista en la inversi6n obligada de ‘naturales’ filiaciones y genealogías.”

14 “Las Madres de Plaza de Mayo encontramos a nuestros hijos en cada hombre o mujer que se levanta para liberar a sus pueblos. Los 30.000 desaparecidos viven en cada uno que entrega su vida para que otros vivan.”

como a mulher é vista dentro da sociedade, sempre como um outro inferiorizado sob o julgo do homem, provedor e “chefe” (seja ele o colonizador, o marido ou aquele que pratica a violência). Nele, o corpo feminino latino-americano é atravessado cotidianamente por vetores de uma sociedade misógina, sexista e machista que o encara como propriedade. Para tanto, “[...] é a mulher colonizada o sujeito subalterno ‘por excelência’” (BALLESTRIN, 2017, p. 1037).

Tendo como base movimentos de mulheres em todo o mundo, inclusive dentro da própria Argentina, como exemplo, as pautas e acertos das lutas feministas do século XX, uma maior teorização sobre os diferentes feminismos e participação pública das mulheres, as jovens na casa dos 20 anos se engajaram politicamente e se reapropriaram publicamente das ruas e avenidas de Buenos Aires. O movimento Ni Una Menos surgiu em 2015,¹⁵ após a morte da adolescente Chiara Páez, de 14 anos, que estava grávida quando foi assassinada pelo namorado de 16 anos, sendo em seguida enterrada no quintal da casa dos avós do namorado.¹⁶ A atuação pública destas mulheres foi, inclusive, fundamental para que o assassino de Chiara fosse condenado pela justiça argentina, em 2017. Tal fato, que alertava acerca do alto índice de violências machistas, culminando até mesmo em casos de feminicídios por toda Argentina, fez com que milhares de mulheres se organizassem por seus corpos e seus direitos. O nome dado vem de uma sensação extrema: não aguentamos mais contabilizar mulheres assassinadas. Quando mais uma mulher morre vítima de feminicídio,¹⁷ parte das que seguem perdem um pouco de si, ao passo que também não dão e nem darão nenhum passo atrás.

A primeira marcha do movimento foi ainda em 2015, no mês de junho, pelas ruas de Buenos Aires, conseguindo mobilizar um forte impulso feminista e uma pluralidade dentre seus participantes. Foi assim, no fervor de mobilização, que o movimento se tornou agora um coletivo, criando espaços por diversas regiões da Argentina. O movimento ultrapassou as fronteiras iniciais da capital argentina de forma efetiva em 2016 com a morte de mais uma jovem, Lucía Perez, de 16 anos, na cidade de Mar del Plata, e que chocou todo o país. Lucía foi

¹⁵ É interessante destacar que o momento de surgimento do coletivo se dá no final do mandato presidencial da segunda presidente mulher do país, Cristina Fernández de Kirchner.

¹⁶ Ver mais em <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2017/03/08/nascido-de-tragedia-argentina-ni-una-menos-tenta-parar-mulheres-por-direitos-e-leis.htm>.

¹⁷ O crime de feminicídio foi aprovado e incorporado no Código Penal argentino em 2012. Mesmo que o termo não esteja presente no corpo do texto oficial, versa que “Art. 80. Se impondrá reclusión perpetua o prisión perpetua [...] al que matare: [...] 4° Por placer, codicia, odio racial, religioso, de género o a la orientación sexual, identidad de género o su expresión. [...] 11. A una mujer cuando el hecho sea perpetrado por un hombre y mediare violencia de género [...]”. Em 2017, a Lei Brisa foi aprovada no Senado, e suspende a guarda paterna de filhos órfãos em virtude de feminicídio. A incorporação do termo, além das lutas pelas aprovações das leis tem grande participação do grupo *La casa del encuentro*, ONG que coleta dados sobre feminicídio desde de 2008. Para mais, ver <https://www.dw.com/pt-br/ong-luta-contra-o-femicidio-C3%ADdio-na-argentina/a-18490832> e <https://istoe.com.br/argentina-aprova-lei-que-retira-guarda-de-filhos-de-femicidas/>.

drogada, brutalmente violentada, empalada e morreu após ser levada ao hospital por dois homens, de 23 e 41 anos. Após este fato, estas mulheres se tornaram ainda mais ativas e sua organização foi consolidada, mostrando que o “Ni Una Menos é um coletivo que reúne um conjunto de vontades feministas, mas também é um lema e um movimento social.” (NI UNA MENOS, 2017, p. 1, tradução nossa).¹⁸

O grupo, mesmo que bastante jovem, tem em sua formação a pluralidade da mulher argentina e latina. Fugindo de um conceito único de “mulher”, se baseiam em um feminismo que possa abarcar as diferentes realidades e constituições femininas, além de carregar em si outros grupos e pautas identitárias. Segundo o próprio manifesto lançado em 2017,

[...] também se reconhece nas Mães e Avós da Plaza de Mayo, nas mulheres revolucionárias que eram suas filhas, nos movimentos LGBTIQ, nas que se organizaram nos sindicatos e nos piquetes, nas mulheres migrantes, indígenas e afrodescendentes e na longa história de lutas pela ampliação de direitos. (NI UNA MENOS, 2017, p. 1, tradução nossa)¹⁹

O entendimento acerca do feminismo para suas fundadoras e membros participantes em muito se alinha à teoria de um feminismo do Sul global ou à um feminismo particular da América Latina. Para entenderem as amarras que sofrem hoje, elas retornam às estruturas mais antigas, para pensar de que forma a mulher latino-americana é vista e entendida na sociedade, como funcionam os mecanismos de opressão que se abatem sobre ela, e que esta mulher latino-americana é, na verdade, muitas e inseridas em diferentes realidades e contextos. Neste movimento, elas não só acabam por participar da quarta e atual onda feminista que ocorre em diversos locais do planeta, mas também inscrevem a particularidade da América Latina neste contexto. Para uma das fundadoras do Ni Una Menos,

Nossas palavras de ordem, “nem uma a menos”, foram traduzidas e usadas na Coreia e na Polônia. Estamos travando diálogo com os movimentos feministas em todos os continentes para trocar experiências e aprender umas com as outras. [...] Não houve um país latino-americano que não aderiu à Greve Geral e ao Paro Interacional [sic] de Mulheres. Estávamos todas ligadas nas mesmas questões, crescemos muito com esse diálogo e conseguimos ampliar vozes que não tinham um lugar privilegiado no feminismo. (GONZALEZ, 2017)

O ponto de partida para este movimento é a luta pela manutenção da vida feminina. Se apoiando em números e estatísticas oficiais sobre violência doméstica e feminicídio, além da

18 “Ni Una Menos es un colectivo que reúne a un conjunto de voluntades feministas, pero también es un lema y un movimiento social.”

19 “también se reconoce en las Madres y Abuelas de Plaza de Mayo, en las mujeres revolucionarias que fueron sus hijas, en los movimientos LGBTIQ, en las que se organizaron en sindicatos y en las piqueteras, en las mujeres migrantes, indígenas y afrodescendientes y en la larga historia de luchas por la ampliación de derechos.”

(in)eficiência de políticas públicas voltadas para estes problemas, denunciam a profundidade das raízes patriarcais e machistas que se sobrepõe às vidas femininas. De acordo com o ponto de vista defendido, quando não há uma política pública que vá no sentido de resolver ou melhorar um problema, ou quando na existência de uma lei ou mecanismo, que este não seja aplicado como deveria e não conte com ferramentas conexas, “[...] diante de cada feminicídio podemos dizer: o Estado é responsável.” (NI UNA MENOS, 2017, p. 4, tradução nossa).²⁰ Diante disso, o coletivo tenta construir estratégias para se defenderem de interpelações públicas que buscam alocar as mulheres em determinados lugares, como o de vítima. Ao rechaçarem o título de vítima, colocam a si mesmas e as demais mulheres como sujeitos com potência de fazer, vontade de transformar, tendo passado ou não por um processo de violência. A palavra “vítima” não pode e nem é uma caracterização permanente, que as engesse ou simplesmente classifique. Na busca por sua superação, o desejo de uma historicidade biográfica autônoma é fundamental para que suas histórias sejam contadas e seus papéis sejam criados de acordo com a narrativa pessoal e empoderadora, que retira a mulher de uma “caixinha” e a coloca como ser plural e diverso. A intenção é a de construir novos modos de vida, que rompam com a suposta vulnerabilidade da mulher, e com isso, encaram a tarefa da construção de um novo cotidiano enquanto sua maior e mais complexa tarefa política.

Sua atuação tem dois elementos chave muito importantes para entender como se constrói publicamente o Ni Una Menos: as manifestações e passeatas, e seus manifestos. O coletivo tem algumas datas pré-definidas em sua agenda anual, na qual sempre ocorrem novas passeatas e manifestos. Um destes dias é 3 de junho, data da morte de Chiara Páez, e desde de 2015, ano de sua criação e morte da adolescente, diversas mulheres se encontram pelas ruas, abrem as praças públicas em um imenso espaço de empatia para todas as pessoas que querem gritar “basta!” para o domínio patriarcal acerca do corpo das mulheres e de suas decisões. Outros dois dias também são extremamente simbólicos dentro de sua política, sendo eles o 8 de março, Dia internacional da Mulher, e o 19 de outubro, o “Paro Nacional de Mujeres”, ou greve geral feminina. Desta forma, acreditam contribuir politicamente e socialmente na intenção de estruturar outras formas de sociedade e vínculos, além de estimular o debate público e a participação da população em suas pautas. A cada novo grande ato ou acontecimentos relevantes, um novo manifesto é liberado, defendendo não só uma pauta feminista, como também uma luta por maior igualdade e equidade.

20 “Ante cada femicidio podemos decir: el Estado es responsable.”

Nesses dois elementos chave, perpassa uma característica fundamental, que é o entendimento da coletividade como fator crucial da agregação, manutenção e atuação política. Suas manifestações ocorrem em ruas, praças e avenidas centrais da cidade de Buenos Aires, seus manifestos são lidos em praça pública para milhares de pessoas e publicados na internet, suas demandas são defendidas em todo e qualquer espaço que possam participar e debater, inclusive na mídia tradicional de tv, rádio e jornal, além de estarem em sintonia com seu tempo histórico e fazerem profundo uso da internet e de redes sociais como divulgação. Assim, o objetivo das mulheres do Ni Una Menos é incluir a sociedade argentina como um todo no debate sobre a violência doméstica, a violência contra a mulher, o aborto, o feminicídio, o machismo estrutural e outras questões, e que ao passo que sejam publicamente colocadas, passem também a fazer parte da discussão política institucional. A coletividade do grupo é atravessada não só por experiências que herdaram, mas também pela forte mundialização dos debates, da vida, e de uma conexão com articulações fora do espaço em que estão inseridas. Com isso, é possível ver nelas que “[...] o processo de transnacionalização do feminismo [...] e seu estímulo por vários fóruns internacionais [...] projetou desafios em relação à articulação de uma desejada *global sisterhood*.” (BALLESTRIN, 2017, p. 1040).

Para apoiar suas demandas, atuações e mesmo reafirmar a relevância e necessidade do movimento, números e estatísticas oficiais são expostos. Ao se utilizarem desta técnica, estão ao mesmo tempo demonstrando o alcance ou não de políticas públicas específicas (quando elas existem), argumentando sobre a importância de levar tais discussões para o seio da sociedade e que é necessário provocar mudanças de forma enérgica. Em seu primeiro manifesto, é dito que

Em 2008 mataram uma mulher a cada 40 horas; em 2014, a cada 30. Nesses 7 anos, os meios [de comunicação] publicaram notícias sobre 1.808 feminicídios. Quantas mulheres morreram assassinadas apenas por serem mulheres em 2015? Não sabemos. Mas sabemos que temos que dizer basta. Nestes anos, os feminicídios deixaram cerca de 1.500 crianças órfãs e algumas delas são forçadas a viver com os assassinos. [...] O feminicídio é um tipo particular de violência: não é uma questão íntima ou doméstica ou apenas de mulheres. Em muitos feminicídios, as crianças também foram mortas como parte da punição projetada nelas e em sua própria capacidade de dar vida. (NI UNA MENOS, 2018, p. 11 – 12, tradução nossa)²¹

21 “En 2008 mataron a una mujer cada 40 horas; en 2014, cada 30. En esos 7 años, los medios publicaron noticias sobre 1.808 femicidios. ¿Cuántas mujeres murieron asesinas sólo por ser mujeres en 2015? No lo sabemos. Pero sí sabemos que tenemos que decir basta. En estos años, los femicidios dejaron cerca de 1500 niñas y niños huérfanos y algunos de ellos están obligados a convivir con los asesinos. [...] El femicidio es un tipo de violencia particular: no es un tema íntimo o doméstico o sólo de las mujeres. En muchos femicidios también fueron asesinados los hijos como parte del castigo proyectado sobre ellas y su propia capacidad de dar vida.”

Sua luta surge do fato de que, dentro de uma sociedade patriarcal, machista e com resquícios coloniais, o corpo feminino é inserido no limite de vontades e poderes do homem, fazendo com que mulheres sejam agredidas, abusadas, estupradas e mortas por homens quando o desejo masculino não é realizado. A ideia é que “o corpo feminino pode ser pensado como o primeiro ‘território’ a ser conquistado e ocupado pelo colonizador [...] Nas mais diversas situações de conflitualidades violentas, a vulnerabilidade do corpo feminino é acentuada” (BALLESTRIN, 2017, p. 1038), e tal situação permanece. Frente a isso, outro dos objetivos base do Ni Una Menos enquanto coletivo é construir uma realidade em que a mulher tenha a liberdade de poder decidir entre dizer sim ou dizer não, e que seja sua escolha qual for, que ela seja respeitada. “Lutam para dizerem não, para ter direitos sobre seus corpos, sua sexualidade, com as vidas afetivas, participação em sociedade, no trabalho, na política, e em todos os âmbitos. Dizem *Ni una menos* pela dor de inúmeras vítimas que só crescem, gritam pela vida das mulheres.” (MACIEL; NETO, 2018, p. 9).

Neste sentido, uma virada muito importante foi a participação fundamental do grupo no processo de votação da lei pela descriminalização do aborto, finalizada em 2018. Se antes era sobre a violência física e assassinato de mulheres, agora também era uma pauta base a luta para que a mulher pudesse decidir engravidar e ser mãe ou não, como e com quem faria isso. Além da garantia sobre suas vidas, queriam poder ter autonomia sobre seus próprios corpos, sem regulamentação do Estado, ou de um julgamento moral-religioso sobre suas escolhas. Nas marchas durante a discussão e votação no parlamento argentino, empunhavam sempre um *pañuelo verde*, que se tornou símbolo da luta pela legalização do aborto e do movimento feminista na Argentina. Mesmo a lei não sendo aprovada no Senado,²² o uso do *pañuelo* ainda se faz presente, assim como a questão do aborto como uma das reivindicações primárias do movimento.

A força de sua atuação está na vontade em fazer mudanças na sociedade de hoje, mas também em reconhecer a herança e os exemplos de outros tempos e saber como aplicá-los para o seu próprio tempo e contexto histórico.

Nossas liberdades e capacidades vem desta tenacidade que se acumula historicamente. Somos parte dessa historicidade e, ao mesmo tempo, contemporâneas de um movimento de mulheres novo, potente, popular, transversal, libertário, com mil rostos e mil entonações, que é regional e

22 Ver mais em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/09/internacional/1533774575_136008.html e <https://nacoesunidas.org/relatores-da-onu-lamentam-rejeicao-da-legalizacao-do-aborto-pelo-senado-argentino/>.

internacional, ao mesmo tempo que se inscreve em cada parte do território nacional. (NI UNA MENOS, 2017, p. 1, tradução nossa)²³

“Hijas e nietas de su rebeldía” – a resistência feminina das Madres de Plaza de Mayo e do Ni Una Menos hoje

Com quase 40 anos separando a data de criação dos dois grupos, as Madres e as jovens feministas partilham em si algumas similaridades. A primeira e talvez mais óbvia seja a sua vivência enquanto mulher latino-americana, inserida em uma sociedade machista, patriarcal e muito religiosa. Dentro disto, temos uma outra similaridade, esta talvez já não tão óbvia assim, que é a potência revolucionária gerada e concentrada principalmente em torno do útero. A grande bandeira das Madres de Plaza de Mayo são os filhos que seus úteros geraram e foram violentamente retirados da vida pelo Estado; já a última grande pauta do Ni Una Menos era pela autonomia sobre seus corpos e úteros, que possam ter a escolha de gerarem ou não, serem mães ou não.²⁴ Mesmo que as Madres não tenham em suas bandeiras a defesa da legalização do aborto, elas se engajam pela construção de uma sociedade mais igualitária e com mais direitos, e pela consolidação de uma democracia popular. Com isso, podemos entender que uma das dívidas democráticas e uma ampliação de direitos no caminho de uma sociedade mais justa passa pela questão do aborto.

Uma dívida social que constitui uma questão importante na pauta das mulheres mobilizadas pelos direitos é a legalização do direito ao aborto, a acessibilidade gratuita e segura aos serviços de saúde para abortar, a prerrogativa de decidir sobre o próprio corpo. Trata-se de uma demanda que unifica todo o espectro do feminismo, um tema pendente no arco dos progressos inegáveis realizados nestes trinta anos de democracia. (BARRANCOS; ARCHENTI, 2017, p. 64)

Outra de suas semelhanças é o modo como se apropriam do espaço patrimonial da cidade de Buenos Aires e a transformam em um ator principal em sua resistência e manifestação. As praças e avenidas são reapropriadas para as manifestações constantes (as madres fazem um ato semanal até hoje), e as ruas são tomadas por simbolismos que rememoram e unem os dois grupos. Em diversos lugares da capital, é possível encontrar intervenções artísticas e ou imagéticas com relação a esses grupos, sejam os lemas que entoam, as cores que

23 “Nuestras libertades y capacidades vienen de esa tenacidad que se acumula históricamente. Somos parte de esa historicidad y, a la vez, contemporáneas de un movimiento de mujeres novedoso, potente, popular, transversal, libertario, con mil rostros y miles de entonaciones, que es regional e internacional, a la vez que se inscribe en cada parte del territorio nacional.”

24 Apesar da legalização ser a principal pauta, o grupo também advoga pela adoção de políticas públicas como a promoção da educação sexual e ampla oferta de métodos contraceptivos.

usam, a imagem dos *pañuelos* ou frases contra a estrutura governamental e societária que desejam mudar. Não é incomum achar as Madres em passeatas organizadas pelo Ni Una Menos, assim como também estão presentes adolescentes e jovens com seus panos verdes nas marchas organizadas pelas senhoras.²⁵

Para ambos os movimentos, o elemento usado como ponto de partida para suas transformações enquanto agentes sociais e políticas foi a existência de uma dor aguda e profunda; “surgiu de transformar a dor em potência” (NI UNA MENOS, 2017, p. 2, tradução nossa).²⁶ Seja a dor do desaparecimento de um filho, ou a dor de mais uma mulher violentada e/ou morta pela mão do machismo estrutural. Foram estas violências que as impulsionaram primeiramente para as ruas e para o debate público, articulando-se à outras mulheres e grupos que também não mais eram capazes de lidar com estas cargas sozinhas, e articular formas coletivas em busca de uma emancipação social e de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao longo de suas trajetórias e pluralidades, tanto as Madres quanto as jovens feministas “compartilhamos as feridas, o conhecimento das feridas, a humilhação, o discurso retórico, a pegada colonial, mas também o desejo de um épico que converta a ferida em arma, com novas práticas para uma nova sociedade.” (NI UNA MENOS, 2017, p. 3, tradução nossa).²⁷ A “solução” encontrada para lidar com as dores que conviviam foi a coletivização do sofrimento e da luta para que este sofrimento não voltasse a ocorrer. Mesmo sendo filhas de tempos e acontecimentos históricos diferentes, alguns dos vetores que as atravessam permanecem, e frente a isso, o modo como decidiram lidar foi similar.

“Não se resiste sozinha à colonialidade do gênero. Resiste-se a ela desde dentro, de uma forma de compreender o mundo e de viver nele que é compartilhada e que pode compreender os atos de alguém, permitindo assim o reconhecimento. Comunidades, mais que indivíduos, tornam possível o fazer; alguém faz com mais alguém, não em isolamento individualista. O passar de boca em boca, de mão em mão práticas, valores, crenças, ontologias, tempo-espacos e cosmologias vividas constituem uma pessoa.” (LUGONES, 2014, p. 949)

²⁵ Além das aparições em atos, há também declarações de ambos os grupos falando sobre o outro. O Ni Una Menos cita as senhoras em diversos momentos, visto que “Estamos aqui porque nos abriram caminho também as lutas protagonizadas pelas Madres e Abuelas de Plaza de Mayo nesta mesma praça.” (NI UNA MENOS, 2018, p. 46, tradução nossa). Ao mesmo tempo, as mães da *Línea fundadora* assinam diversos dos manifestos do Ni Una, e a presidente da AMPM Hebe de Bonafini declarou que “O *pañuelo blanco* e o verde se uniram em uma só marcha para conseguir isso que as jovens tanto pediram” (Disponível no Instagram da Associação: <https://www.instagram.com/p/BmROWqcnSeQ/?igshid=1kouf5ak4ifjy&fbclid=IwAR0DMIP7a05NJhxmMnOKuxruU8jAy1PbQ9DhmPGpWcGItr1dfRkyHJ82pGw>).

²⁶ “surgió de transformar el duelo en potencia”.

²⁷ “En el fondo de esa pluralidad compartimos las heridas, el saber de las heridas, la humillación, la diatriba, la huella colonial, pero también el deseo de una épica que convierta la herida en arma, con nuevas prácticas para una sociedad nueva.”

A luta destas mulheres é, primeiramente, pela defesa da vida, e por justiça para quando crimes contra a vida acontecem. Alocadas cada uma com um aspecto diferente da defesa da vida, os lemas, aspecto muito importante para ambas as movimentações, podem mostrar que convergem em um mesmo sentido. O “*aparición con vida*” das Madres e o “*vivas nos queremos*” das jovens de hoje simbolizam discussões parecidas. Ambos os lemas demandam a sobrevivência do indivíduo, seja ele um desaparecido ou alguém em situação de vulnerabilidade. Enquanto o lema das Madres parte do pressuposto do desaparecimento forçado de seus filhos provocado pelo Estado e pede pelo aparecimento deles com vida, o lema do Ni Una Menos demanda a permanência da vida das mulheres, frequentemente interrompida pela ação do machismo e de uma violência institucional contra a mulher. Apesar de terem outros lemas igualmente conhecidos e muito utilizados, o “*aparición con vida*” e o “*vivas nos queremos*” são as marcas primárias de cada grupo, e pelos quais são instantaneamente reconhecidas, seja pela força que cada slogan carrega, pela constância com que são bradados publicamente ou mesmo pela presença deles em grafites e colagens pela cidade.

Mesmo que as Madres não se denominem explicitamente feministas, é possível perceber que em sua atuação pública e em sua constituição enquanto agentes políticas carregam traços de sua vivência de gênero enquanto mulheres, e se alinham a reivindicações e pautas do movimento. Ao lutarem por melhores condições de vida e por uma outra sociedade, principalmente para as mulheres, as Madres acabam por se aproximar de uma luta feminista, visto que qualquer luta de/por/para mulheres é feminista, ao passo que questiona o lugar social da mulher. Sua prática de incorporar em suas demandas pautas revolucionárias que afetam outros grupos sociais para além de si, cria uma forma específica de conceber o político e o feminino. Quando observamos o Ni Una Menos, percebemos que a influência das Madres e de suas filhas revolucionárias está presente nas jovens de hoje, quando agregam a coletividade como manobra de ação, mas também quando anexam às suas demandas, realidades que abarcam grupos para além das mulheres que defendem. Com isso, é possível pensar que ambas têm em si a marca de um “feminismo relacional”, muito presente na Argentina.

Nossa convicção é a de que persiste a vertente “relacional” sobre a “individual” – segundo a expressão clássica de Karen Offen. Entende-se como “feminismo relacional” aquele que, além e garantir prerrogativas iguais para as mulheres, também estende preocupações e solidariedades com outros setores da sociedade, [...] o “feminismo da diferença” [...] constitui a matriz hegemônica que abunda nas manifestações do largo arco do feminismo argentino. (BARRANCOS, ARCHENTI, 2017, p. 62)

A partir de um dos lemas sempre presentes nas marchas semanais das mães, “41 años pariendo memoria y futuro”,²⁸ é possível expandir seus significados para além do proposto. Ao parirem a memória dos e sobre seus filhos, e uma memória sobre a própria Argentina, elas estão parindo também uma forma de como se construir a memória no futuro, feita por novas gerações e novos atores sociais. Quanto ao futuro, ao carregarem em si a dor e a luta de todos aqueles que já tombaram e daqueles que mantêm os sonhos vivos, também estão criando novas possibilidades para o vir a ser. É possível dizer que, para além da luta que carregam em seu cerne, elas também são capazes de parir uma memória sobre a participação política feminina, sobre como as mulheres podem transformar os rumos e as disputas em seus locais de atuação, ao mesmo tempo em que seguem parindo o futuro das novas lutas femininas, ao servirem de exemplo e inspiração para que mulheres de todo o mundo se levantem contra um sistema patriarcal e opressor.

Para além da própria retomada pública das ruas e de como construir uma luta majoritariamente feminina de forma coletiva, plural e associativa, uma herança de futuro parida e deixada pelas Mães foi a constituição dos *pañuelos* como um símbolo de resistência e ligação visual imediata. Da mesma forma que toda tarde de quinta-feira na Plaza de Mayo é marcada pelos *pañuelos blancos*, as novas feministas fizeram do *pañuelo verde* o símbolo da luta pela defesa da mulher e pela descriminalização do aborto.

Devido à importância, relevância e magnitude que suas ações tiveram, a forma como conduziram os debates públicos e a atuação política expressiva nos contextos em que estavam inseridas, as Mães e as feministas ganharam um viés internacionalista. Esta expansão se deve não só a forma particular com que desenvolveram suas pautas e ações, mas também como exemplos de manifestações femininas e/ou feministas bem-sucedidas, o entendimento da coletividade como ponto fundamental da luta e da ação por justiça, a apropriação do espaço público e patrimonial das cidades, e a criação de símbolos e aparatos imagéticos que se tornam marcas reconhecidas por todos. Ambos os grupos travam contatos e relações com outros movimentos e articulações fora da Argentina, de pautas similares ou não, além de fazerem parcerias ou assessorias. Em alguns casos, suas lutas são reapropriadas, como também reproduzidas de acordo com o modelo original, e em virtude disso, é possível encontrar articulações do Ni Una Menos em outros países da América do Sul, tais como Peru e Bolívia,

²⁸ O lema foi usado pela primeira vez em um ato no dia 29 de abril de 2018, data em que se comemorou “um novo aniversário de luta ininterrupta”.

ou as Mães de Maio, no Rio de Janeiro e inspiradas nas mães argentinas. O reconhecimento de sua internacionalidade está presente em suas próprias falas, visto que

As mães da Plaza de Mayo nos tornamos internacionalistas e apoiamos a luta revolucionária de todos os povos que buscam a libertação. Sabemos que estamos no caminho certo e que, embora nenhuma de nós chegue a ver o resultado, estamos semeando ideais para que outros colham sonhos e esperanças em um mundo mais justo e solidário. (ASOCIACIÓN MADRES DE PLAZA DE MAYO, tradução nossa)²⁹

Em consonância com a fala das Madres e com o caráter global de seus lutas e reivindicações, as jovens mulheres do Ni Una Menos declaram que

Estamos comprometidos com uma força poliglota, multilíngue, rebelde, fugitiva, uma rede federal e internacional, que surja da rede entre diferentes grupos capazes de ingressar nestes acordos mínimos, também determinados a funcionar separadamente, mas que se articulem em uma liga ofensiva e defensiva, para lutar em conjunto e criar muitas outras separadamente. Essa rede deve prestar atenção às diferenças territoriais que ampliam e enriquecem a heterogeneidade de nossas agendas e demandas [...] Apostamos em continuar pensando dentro e fora das fronteiras nacionais, para construir uma perspectiva feminista sobre todas as desigualdades. (NI UNA MENOS, 2017, p. 5, tradução nossa)³⁰

As experiências de articulação e resistência política protagonizada por mulheres na Argentina contemporânea podem servir de inspiração para o levante e organização de outros grupos femininos e/ou identitários em outras localidades, indicando um caminho de coletivização da luta como uma forma eficaz de se fazer presente no cenário político. Mostrando que, mesmo em períodos fortemente opressivos e repressivos, é possível se insurgir contra aquele que oprime, elas subvertem o que se espera e que se tenta condicionar a ela. Ao se entenderem enquanto personagens dotadas de ação e transformação, rompe-se a sujeição para com o opressor, e caminha em um sentido de emancipação do ser, ensinando que a resistência é feminina e popular.

A resistência é a tensão entre a sujeitificação (a formação/informação do sujeito) e a subjetividade ativa, aquela noção mínima de agenciamento

29 “las madres de plaza de mayo nos hicimos internacionalistas y apoyamos la lucha revolucionaria de todos los pueblos que buscan la liberación. Sabemos que estamos en el camino correcto y que aunque ninguna de nosotras llegue a ver el resultado, estamos sembrando ideales para que otros cosechen sueños y esperanzas en un mundo más justo y solidario.”

30 “Apostamos a una fuerza políglota, plurilingüe, discolta, fugitiva, una Red federal e internacional, que surja de la red entre grupos diferentes capaces de unirse en estos acuerdos mínimos, decididos también a funcionar separados pero que articulen en una liga ofensiva y defensiva, para dar peleas conjuntas a veces y crear por separado muchas otras. Esa red debe prestar atención a las diferencias territoriales que expanden y enriquecen la heterogeneidad de nuestras agendas y demandas [...] Apostamos a seguir pensando dentro y fuera de los límites nacionales, a construir una perspectiva feminista sobre todas las desigualdades.”

necessária para que a relação opressão \longleftrightarrow resistência seja uma relação ativa, sem apelação ao sentido de agenciamento máximo do sujeito moderno. [...] Legitimidade, autoridade, voz, sentido e visibilidade são negadas à subjetividade oposicionista. A infrapolítica marca a volta para o dentro, em uma política de resistência, rumo à libertação. (LUGONES, 2014, p. 940)

Conclusão

Durante o último período ditatorial, a Argentina conviveu com um nível altíssimo de violência e repressão estatal, que culminou na morte e desaparecimento de milhares de cidadãos. Em resposta ao aumento súbito destes números, as mães dos detidos-desaparecidos passaram a se reunir publicamente, e indo não só contra o regime imposto, mas também contra o ideal que a sociedade patriarcal esperava delas, deixaram os ambientes privados do lar, passando a ocupar as ruas e demandando por verdade e justiça. Mesmo sendo taxadas de loucas, as senhoras se organizaram enquanto as Madres de Plaza de Mayo. Ao subverterem lógicas opressoras, se apropriaram dos ideais de resistência e revolução de seus filhos, e foram sendo paridas enquanto agentes políticas em sua ausência. Sua atuação permaneceu durante a transição e consolidação do período democrático de seu país, que dura até hoje. A forma como estruturaram suas demandas e se colocaram no cenário público e político argentino vigora até hoje e serve de exemplo para as gerações mais novas.

Um das destas gerações inspiradas pelas Madres foram as mulheres adolescentes e jovens adultas, que já mais conscientes, com largo acesso à informação e sociabilização que suas mães e avós sobre as estruturas de opressão do colonialismo, do patriarcado e do machismo, não aguentavam mais lidar com a perda sucessiva de mulheres para os desejos e poderes não realizados dos homens. Em meio à um alto número de violência contra a mulher, e já tendo a seu lado uma lei que reconhecia o feminicídio, decidiram se organizar e se manifestar contra esta estrutura. Assim, nasceu o Ni Una Menos, nome escolhido a partir do sentimento de que não mais suportavam contabilizar vez após vez o assassinato de mais uma mulher. Pouco depois, passaram a lutar também pela legalização do aborto, já que não deve caber ao Estado regular o corpo e o útero de suas mulheres, podendo elas ter autonomia sobre seus corpos e escolher serem mães ou não.

Ao se constituírem publicamente, o Ni Una se mirou no exemplo das Madres, e através de acertos das senhoras, mobilizaram as jovens em um ideal comum, se valendo da coletivização da luta e da resistência, e agregando a herança da apropriação do espaço patrimonial da cidade de Buenos Aires, do simbolismo dos *pañuelos*, da criação de lemas e slogans de forte impacto que traduzissem a sua luta.

Em virtude do grande exemplo de luta e mobilização feminina que as Madres representam, há semelhanças e similaridades na constituição e na construção política do Ni Una Menos. Apesar de cada uma ter se originado em um polo diferente da luta por direitos humanos e por uma sociedade mais igualitária, ambas se tornaram imagens representativas de suas épocas e reconheceram na junção com outras lutas e pautas o fortalecimento de suas próprias identidades dentro e fora da Argentina.

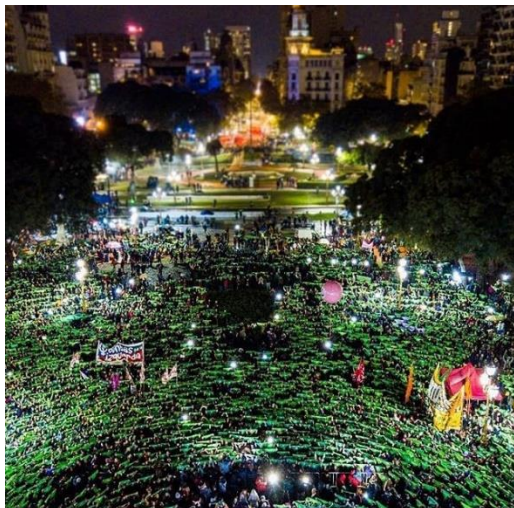
Ambos os grupos dão um caráter particular as reivindicações e movimentos de mulheres latinas na atualidade, incorporando elementos de sua realidade enquanto Sul global e ensinando um modo latino de se entender a arena política, o feminismo e a mulher em uma sociedade patriarcal. Ainda em exercício hoje, podemos ser parte da herança de sua trajetória até então, e acompanharmos as heranças que ainda serão produzidas nos próximos anos.

Figura 1: Marcha da Resistência, 2016



Fonte: Portal Aire Digital

Figura 2: Marcha Ni Una Menos



Fonte: Instagram Ni Una Menos

Figura 3: Nora Cortiñas, com os pañuelos blanco e verde



Fonte: Portal Latfem

Referências

ASOCIACIÓN MADRES DE PLAZA DE MAYO. Site Asociación Madres de Plaza de Mayo – Nuestras consignas. Disponível em: <http://madres.org/>. Acessado em: 19 de agosto de 2019.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Feminismos subalternos. IN: **Revista Estudos feministas**. Florianópolis: Vol. 25, nº 3, set. /dez., p. 1035-1054, 2017.

BARRANCOS, Dora; ARCHENTI, Nélica. Feminismos e direitos das mulheres na Argentina: história e situação atual. IN: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (orgs.). **50 anos e feminismo: Argentina, Brasil e Chile: A construção das mulheres como atores políticos e democráticos**. 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2017. p. 55-64.

BEVERNAGE, Berber. “La muerte no existe”. As Madres de Plaza de Mayo e a resistência contra o tempo irreversível da história. IN: BEVERNAGE, Berber. **História, memória e violência de Estado: tempo e justiça**. Tradução de André Ramos e Guilherme Bianchi. Serra: Editora Milfontes/ Mariana: SBTHH, 2018. p. 65-105.

BOMBAL, Inés González. De vítimas a sujeitos: as mães da Plaza de Mayo. IN: **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis: Vol. 8, nº II, p. 49-70, 1992.

CASTELLI, Natasha Dias. Conhecendo as mães da Praça de Maio: ensaio do perfil da associação. IN: **Anais do XI Encontro Estadual de História – Anpuh/RS**. Rio Grande: p. 1-11, 2012.

D’ANTONIO, Débora. Las Madres de Plaza de Mayo y la apertura de un camino de resistencias. Argentina, última dictadura Militar. 1976-1983. IN: **Nuestra América. Revista de Estudios sobre la Cultura Latinoamericana**. Porto: Ediciones del Centro de Estudios Latinoamericanos (CELA) Universidade Fernando Pessoa, nº 2, ago. /dez., p. 29-40. 2006.

D’ANTONIO, Débora. Las Madres de Plaza de Mayo y la maternidad como potencialidad para el ejercicio de la democracia política. IN: BRAVO, María Celia.; GIL LOZANO, Fernanda; PITA, Valeria (orgs.). **Historias de luchas, resistencias y representaciones. Mujeres en la Argentina, siglos XIX y XX**. Tucumán: Editorial Edunt (Editorial de la Universidad Nacional de Tucumán), 2007. p. 283-303.

GONZALEZ, Mariana. **Quarta onda do feminismo é tipicamente latino-americana, diz fundadora do Ni Una Menos**. Disponível em: < <https://revistacult.uol.com.br/home/quarta-onda-feminismo-latino-americana/>> Acesso em 23 de agosto de 2019.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. IN: **Revista Estudos feministas**. Florianópolis: Vol. 22, nº 3, set. /dez., p. 935-952, 2014.

MACIEL, Thaynná Soares; NETO, Antonio Carlos Batista da Silva. Resistência das mulheres latino-Americanas: Ni Una Menos. In: **Anais do XIII do Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidade**. Campina Grande: Editora Realize, Vol.2, p. 1-12, 2018.

NI UNA MENOS. **Amistad política + inteligencia colectiva. Documentos y manifiestos 2015/2018**. Buenos Aires: 2018. Disponível em: <http://niunamenos.org.ar/wp-content/uploads/2018/12/amistad-poli%CC%81tica-inteligencia-colectiva-libro-num.pdf>. Acessado em: 25 de agosto de 2019.

NI UNA MENOS. **Carta orgánica**. Buenos Aires: p. 1-5, 2017.

NI UNA MENOS. Site Ni Una Menos. Disponível em: <http://niunamenos.org.ar/>. Acessado em: 23 de agosto de 2019